

Aluno sujeito da avaliação: conselho de classe participativo como instância de reflexão

Almir Paulo dos Santos*

Resumo

O trabalho discute políticas públicas e gestão da educação no âmbito das avaliações. É nesse contexto da prática avaliativa que as políticas estão sujeitas à interpretações e recriações, produzindo efeitos e conseqüências. O objetivo é aproximar o aluno das avaliações escolares, como sujeito da educação na construção de novos saberes. A reflexão dos sujeitos envolvidos como intencionalidade subjetiva fornecerá novas perspectivas para o ensino e aprendizagem, valorizando um pensar crítico e criativo. A avaliação apresenta-se na perspectiva do olhar para o desconhecido, para as dificuldades, impulsionando os sujeitos à pesquisa e a qualificação intelectual. O conselho de classe participativo torna-se uma ferramenta necessária na reflexão dos índices alcançados nas avaliações, proporcionando alternativas de aproximar a comunidade escolar da sociedade.

Palavras-chave: Políticas públicas. Avaliação. Aluno. Conselho de classe e gestão da educação.

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, no Brasil, muito se avançou em relação às avaliações da educação básica. Embora seja plausível tal avanço, isso não quer dizer que tenhamos superado todas as dificuldades na área. É importante destacar que as conquistas realizadas geram novos problemas e desafios que são primordiais para que o processo avaliativo ganhe novos sentidos e novas conquistas. Por isso, “[...] é muito importante a sintonia entre o que se pretende com a avaliação e o modo

* Mestre em Educação; licenciamento em Filosofia, História e Psicologia; doutorando em Educação; Universidade do Vale do Rio dos Sinos; almirpaulo@yahoo.com.br

como a avaliação é implementada” (FRANCO, 2000, p. 46), para que as decisões que forem tomadas possam abrir possibilidades e contribuir no processo de ensino-aprendizagem dos alunos. O envolvimento e a participação tornam-se a referência fundamental para que a avaliação alcance seus objetivos em diagnosticar o aprendizado do aluno, como fomentar políticas públicas que venham ao encontro da qualidade do ensino.

Ball e Bowe (1992) explicitam que o contexto da prática é onde a política está sujeita à interpretação e recriação. Nesse contexto, a política produz efeitos e consequências que podem produzir mudanças e transformações significativas daquilo que era considerado original, o que nos indica que as políticas não são simplesmente “implementadas” no contexto da prática, mas estão sempre sujeitas a novas interpretações que, no entanto, são “recriadas”. Dessa forma, as políticas são retrabalhadas, envolvendo influências produções e disseminação textual.

Como prática formalmente organizada e sistematizada, a avaliação escolar “[...] é um meio e não um fim em si mesma; está delimitada por uma determinada teoria e por uma determinada prática pedagógica.” (CALDEIRA, 2000, p. 122). Essa ação permeada de intencionalidades nos faz compreender a importância que o aluno assume no envolvimento com a avaliação. O avaliar não está restringido somente em fazer as provas, mas, também, assume importância o olhar para o desconhecido, para aquilo que ainda não foi apreendido o suficiente. Sempre vale lembrar que a avaliação está estritamente ligada à natureza do conhecimento, ocorre por meio das relações pedagógicas, carregadas de intencionalidades, objetivada pela conduta, atitude e habilidade dos sujeitos envolvidos. Por isso, é importante a sintonia entre o que se pretende com a avaliação e o modo como a avaliação é compreendida. Franco (2004, p. 54) nos indica que “[...] as escolas que estão mobilizadas para se auto-avaliarem podem beneficiar-se muito dos subsídios relevantes que a avaliação fornece.”

Tais intencionalidades estão relacionadas a um modelo de avaliação formativa que, segundo Hadji (2001, p.19) “[...] a função principal é a de contribuir para uma boa regulação da atividade de ensino.” Portanto, além de levar informações úteis para o ensino-aprendizagem, deve proporcionar um envolvimento crítico e reflexivo do aluno, para visualizar não somente os índices alcançados, mas as dificuldades encontradas no processo avaliativo para serem retrabalhadas em sala de aula. Os alunos precisam sentir-se sujeito da educação, participantes, apontando ideias e sugestões, tornando a sala de aula um espaço dialógico entre eles e os professores, possibilitando mudanças que interfiram no cotidiano da escola.

Diante dessas análises, o objetivo deste trabalho é refletir quanto à importância que o aluno desempenha no processo avaliativo e as possíveis mudanças que essa prática avaliativa pode trazer ao cotidiano escolar. Nessa abordagem, as avaliações em larga escala, além de proporcionar informações detalhadas de parte da realidade educacional brasileira e de cada escola, oferecem a possibilidade de reflexão pedagógica para o contexto escolar. A escola precisa sentir-se capaz de autoavaliar a sua prática, aproveitando os índices alcançados para refletir a respeito dos processos de ensino-aprendizagem, desenvolvendo novas práticas para a construção de conhecimento. Fontanive (2005, p. 173) nos indica que “[...] o compartilhamento dos resultados da aprendizagem dos alunos com os pais e com a sociedade em geral, deve favorecer a parceria democrática.”

Um caminho metodológico de reflexão que ajudará a construir referência dialógica de participação entre aluno e avaliação é a utilização do conselho de classe para refletir sobre os processos e resultados. O conselho de classe não pode ser um mecanismo de classificação do aluno, mas sim um espaço de participação democrática, no qual a comunidade escolar possa analisar os índices das avaliações em benefício da qualidade da educação e na melhoria do ensino-aprendizagem no contexto de cada unidade escolar.

Em um primeiro momento vamos situar a importância que o aluno tem como sujeito da educação. O envolvimento e a participação têm caráter central nesse processo, pois os alunos são os agentes que estão diretamente envolvidos com a avaliação. Na sequência, apresentaremos a importância que a avaliação assume na perspectiva do aluno. Esse olhar ajudará a escola a pensar maneiras possíveis de envolver os alunos nas avaliações, tanto internas quanto externas. Para que essa relação entre avaliação e aluno ganhe maior intensidade de reflexão, o conselho de classe participativo assume uma importância fundamental, pois nos indicará um caminho possível de conectar aluno e avaliação com a comunidade escolar.

2 ALUNO COMO SUJEITO DA EDUCAÇÃO

A educação ganha contornos significativos quando os envolvidos participam como sujeitos da ação. Acreditar que a participação real e efetiva do aluno na sua

formação é condição fundamental para a construção do conhecimento, demanda pensar novas práticas pedagógicas que envolvam intencionalidades subjetivas que precisam ser resgatadas, proporcionando um espaço de autonomia entre o que é avaliado e o próprio contexto da avaliação. Refletir sobre a importância que o aluno exerce enquanto sujeito da educação demanda voltar-se para um olhar de humanização, valorizando um pensar crítico e criativo, construindo e transformando as subjetividades nas relações entre avaliação e escola, como um dos caminhos necessários para repensar novas práticas pedagógicas no ensino-aprendizagem. Em Foucault (1996) essa subjetividade é apresentada como o modo pelo qual o sujeito faz a experiência de si mesmo em um jogo de verdade. “É uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos” (FOUCAULT, 1996, p.44). É nesse campo político e educacional que o sujeito aluno deve buscar o “cuidado de si”¹ desenvolvendo suas potencialidades no ensino-aprendizagem, utilizando as avaliações para a retomada de algumas questões de conhecimento que não foram bem apreendidas. Nesse sentido, não podemos pensar a educação somente como um espaço para desenvolver ou aprimorar o autoconhecimento, a autonomia, autoconfiança, “[...] mas produzindo formas de experiências de si nas quais os indivíduos podem se tornar sujeitos de um modo particular” (LARROSA, 1999, p. 57), interagindo subjetivamente, compreendendo que é um sujeito atuante da educação, do conhecimento e da avaliação.

Recuperar essa subjetividade perdida pelo modelo técnico-científico de racionalidade instrumental que afastou o aluno de sua condição de sujeito de si e da avaliação, torna-se condição fundamental para a participação coletiva e responsável do aluno nos espaços escolares. É perceptível na atualidade que o estudante parece desacreditar de suas potencialidades, colocando-se como sujeito que omite as várias responsabilidades que lhe são próprias da idade. Muitas vezes reproduz as ideologias midiáticas, deixando de lado a responsabilidade, os valores, a ética e o bem comum, tendo dificuldade de enfrentar seus próprios problemas. É nessa ordem estabelecida e globalizada que o aluno precisa perceber as ideologias do mercado, investindo na capacidade autorreflexiva natural de ser humano, para torná-lo consciente, crítico e emancipado, sujeito da educação, da avaliação e de si mesmo.

A educação precisa mostrar ao aluno o que ele ainda não viu; dessa forma seu mundo se expande, fica mais rico internamente e no contexto escolar. O aluno precisa sentir-se sujeito do processo, membro atuante da sala de aula, responsável pelo

conhecimento. Desse modo, a avaliação deve proporcionar ao aluno um olhar para as dificuldades encontradas durante o processo para serem retrabalhadas. Quanto mais o aluno visualiza esse horizonte, melhor conseguirá chegar aos seus objetivos.

A sala de aula é um espaço de interrelação entre os vários sujeitos da educação. A intensidade do relacionamento do professor com seus alunos deve ser significativa para que os alunos sejam sujeitos do processo, refletindo a respeito do tema abordado, avaliando sua compreensão e investigando, no sentido de tornar a pesquisa um caminho para a construção de novos saberes. Essa dinâmica alternativa de motivar o aluno para ser sujeito da educação e da avaliação faz da aula uma iniciativa coletiva, de todos os alunos, incluindo o professor, modificando aquele ritual expositivo docente e a passividade discente, buscando um espaço e um momento de trabalho conjunto, nas quais todos são atores, colaborando para objetivos compartilhados.

Essa ação pedagógica coletiva também precisa envolver as várias faces da avaliação, as quais fornecem subsídios à reflexão sobre ensino-aprendizagem, utilizando-se dos processos e resultados obtidos nas provas. O aluno como sujeito da educação, pode ressignificar as dificuldades encontradas nos testes aplicados, em benefício de sua aprendizagem. Isso significa que essa incursão do aluno sobre a avaliação o reportará ao exercício da pesquisa na tentativa de aprofundar seus conhecimentos, priorizando saberes ainda não dominados.

É da competência das autoridades educacionais aferirem por intermédio das avaliações em larga escala o nível de aprendizagem dos alunos, fornecendo subsídios de parte da situação educacional de cada unidade escolar. No entanto, somente isso não é suficiente, pois existe a necessidade de uma “[...] promoção de políticas públicas e implementação de estratégias de melhoria do desempenho dos alunos.” (FONTANIVE, 2005, p. 161). Essas estratégias devem ocorrer na realidade escolar, começando com o envolvimento de toda a comunidade escolar para despertar no aluno uma consciência crítica de sujeito da educação e da avaliação.

Para que essas mudanças aconteçam é necessário que as políticas públicas utilizem efetivamente os dados das avaliações em larga escala como subsídios na implementação de novos projetos. A escola, também, deve encontrar estratégias viáveis, utilizando os dados da avaliação para discutir parte da realidade educacional local. O sentido da avaliação está justamente pelo seu potencial de contribuir para o avanço do conhecimento a respeito do contexto que é analisado, revelando tendências e produzindo subsídios que possam modificar, promover e transfor-

mar a realidade. O aluno sente-se sujeito da avaliação no contexto das unidades escolares na atual conjuntura das políticas da avaliação? As avaliações em larga escala apenas avaliam mais diretamente as disciplinas de leitura e matemática; são suficientes para obter um parâmetro do ensino-aprendizagem dos alunos?

A avaliação é um dos mecanismos viáveis para refletir a respeito do ensino-aprendizagem dos alunos. Quanto maior for o interesse e o envolvimento dos alunos para com a avaliação, mais o aluno percebe seu aprendizado, o que lhe possibilita alcançar melhores índices nos testes. Quando o aluno se percebe sujeito da educação sabe quais as intencionalidades que deve percorrer para aprimorar seu desenvolvimento racional. A escola, alunos e professores conseguem percorrer o horizonte do conhecimento com maior facilidade, onde cada membro consegue visualizar a coletividade e a cidadania. Nesse sentido, o aprender e avaliar apresentam-se sempre conectados em benefício do bem comum. É nessa direção que na sequência apresenta-se a avaliação na perspectiva do aluno, pois como sujeito da educação é responsável pela sua prática avaliativa. Ser sujeito não é somente se envolver intencionalmente como sujeito, mas percorrer mecanismo que possa refletir quanto sua ação práxis, avançando no ensino e aprendizagem.

3 AVALIAÇÃO NA PERSPECTIVA DO ALUNO

A avaliação está presente em inúmeros espaços e contextos da sociedade atual, da mesma forma, as avaliações em larga escala são partes da realidade educacional das escolas brasileiras, fornecendo elementos significativos para um diagnóstico da aprendizagem dos alunos. Refletir a respeito do envolvimento e da participação na perspectiva do aluno requer compromisso para com o conhecimento e a própria avaliação. O aluno tem de se constituir, ao longo de seu ensino-aprendizagem, como sujeito da educação, percorrendo um horizonte muitas vezes difícil de visualizar, mas de muitas significações para si e para a unidade escolar na qual estuda. Na escola “[...] quando os alunos procuram a excelência acadêmica, o trabalho da escola e dos professores fica mais fácil e produz melhores resultados.” (SOUZA, 2005, p. 180). É nessa perspectiva que o texto argumenta que o aluno tome a prova como uma autorreflexão e como estratégia ao longo de sua vida de adolescente.

Grandes são as dificuldades encontradas para a realidade educacional brasileira, pois não existe escola de qualidade sem recursos humanos e financeiros adequados. Nesse contexto, as avaliações escolares têm, como dimensão de análise, o desempenho do aluno, do professor e de parte da situação de ensino que se realiza no contexto escolar. Uma das funções é subsidiar o professor, a equipe escolar e o próprio sistema educacional no aperfeiçoamento do ensino; a outra é refletir com o aluno sobre sua importância ao longo do processo avaliativo.

Cabe ressaltar que a utilização dos processos e resultados das avaliações devem proporcionar informações que possibilitem tomar decisões políticas e pedagógicas para a organização escolar, como pensar estratégias de envolver o aluno nesse contexto. Vale ressaltar que “[...] não basta a existência de recursos didáticos, é preciso que sejam utilizados pelos professores como material pedagógico e que os alunos tenham acesso a eles.” (SOUZA, 2005, p. 181). Além do acesso dos recursos, devem ter a avaliação como prática reconhecida de análise educacional, utilizada com o propósito de compreender o processo de aprendizagem que o aluno está percorrendo, como também o desempenho do professor.

A avaliação faz-se presente em todos os domínios da atividade humana, uma vez que se defrontar com dificuldades é estar inerente ao ato de aprender, compreendendo não como um veredito que irá culpar ou absorver o aluno, mas como uma análise da situação escolar atual em razão das condições de ensino que lhe são oferecidas. Isso nos indica que o aluno como sujeito ativo de sua práxis avaliativa reconstrói as dificuldades apresentadas, transformando o estudante naquilo que ele não era, desenvolvendo competências e habilidades, inculcando valores, agindo de maneira ética consigo e com a escola, ampliando seus conhecimentos.

Conduzir a avaliação como uma simples constatação do nível de aprendizagem do aluno significa apenas percorrer parte do processo. A avaliação está alicerçada como verificação contínua, objetivando em vista não simplesmente o resultado final, mas o processo como um todo. Essa visão processual tem, no sentido de fundamentação, compreender a educação em uma perspectiva integral, conscientizando o aluno de que é um sujeito importante para o contexto avaliativo. Tal entendimento desconstrói aquele modelo autoritário, dedutivo, no qual a avaliação tem somente um valor, um resultado. Essa desconstrução de modelos avaliativos tradicionais conduz o aluno à consciência crítica a respeito da unidade escolar e do desenvolvimento da cidadania, no meio em que está inserido.

O aluno, sentido-se sujeito da avaliação torna-se um agente responsável por si, como condição humana natural. O desenvolvimento racional transcende o horizonte do conhecimento que até então era desconhecido, para a busca contínua em sanar as dificuldades que a própria ação avaliativa fornece. O florescimento dessa potencialidade, inerente à condição humana, faz do aluno um ser responsável por si, pelos outros e pela própria avaliação.

São nas avaliações externas que os testes têm como finalidade aferir o conhecimento ou a habilidade dos alunos em determinadas séries. Esse contexto nos retrata que é importante construir novas significações a partir dos resultados de cada escola e de cada aluno. Os índices alcançados não deveriam se restringir ao percentual de acertos ou de erros simplesmente, “[...] mas sim informar o que os alunos sabem e são capazes de fazer através de uma escala apropriada. Os diagnósticos sobre o aprendizado dos alunos deveriam ser utilizados em políticas públicas para a melhoria da qualidade do ensino.” (KLEIN, 2005, p. 111).

Quando o aluno percorrer os diversos momentos das avaliações, com interesse e responsabilidade, passando de um sujeito passivo para um ativo, por intermédio da reflexão sobre seu papel e seus direitos como educando, estará buscando a qualidade na educação. O sentido da avaliação e sua relação com o agente direto, o aluno, devem ser completas, interferindo sobre todas as dimensões, imprescindível para ajudar a responder às demandas da vida, a fim de gerar novos conhecimentos. O enfrentamento em aprender coisas diferentes em um tempo curto, demanda aprendizagens contínuas e massivas, nas quais o aluno deve desenvolver estilos e esquemas valorativos em diálogo com saberes. É nesse sentido que compreender a avaliação exige do aluno uma desconstrução de cada momento, percebendo suas dificuldades e orientando nas relações com toda a comunidade escolar.

Essa realidade social, política e econômica um tanto complexa para a consciência de cada jovem que o conduz pelas tecnologias em reproduzir as ideologias do capital afastando de sua condição humana natural de ser um sujeito agente e reflexivo da realidade e de seu próprio ensino-aprendizagem torna-se um dos grandes problemas atuais. Esse contexto é marcado pelo excesso de tempo que o estudante permanece em blogs, msn, Orkut, etc., chegando ao horário escolar cansado, sem condições de desenvolver um bom processo de ensino-aprendizagem, que dirá o processo avaliativo.

O estudante consciente de sua condição de sujeito, responsável por si e pelo processo de conhecimento, organiza-se de tal forma que o ensino-aprendizagem se torna a referência primeira em meio a seu desenvolvimento histórico e social. As tecnologias, nesse caso, são utilizadas em seu benefício e a avaliação o reportará à reconstrução de novos saberes, atualizando e complementando aqueles conhecimentos que se apresentam como dificuldade.

A relação existente entre avaliação e o sujeito que é avaliado, o aluno, demanda percorrer por um horizonte um tanto desafiador, que carrega um sentido subjetivo de intencionalidades. Cada sujeito pensa, aprende, é avaliado e avalia, constrói saberes que modificam seu meio, suas relações, determinando o construto do conhecimento, tão necessário para os vários caminhos que o aguarda. Pensar na avaliação é a primeira característica importante para a intencionalidade do sujeito. A condução dessa intencionalidade pelo caminho da criticidade é a reconstrução de conhecimentos ainda não apreendidos o suficiente. Nesse contexto, a avaliação ganha sentido quando ocorre o envolvimento, esforço, dedicação e a vontade de superar obstáculos, redirecionando o que aprendeu e o que ainda não foi apreendido.

Refletir sobre como os alunos conseguem perceber a avaliação como componente importante para a construção do conhecimento, reconhecendo que seus colegas, professores e familiares são interlocutores do processo avaliativo é uma das alternativas possíveis de significação dos resultados. A construção do valor de si está relacionada com as expectativas e as representações que o aluno constrói de si, e do outro. Essas representações são valorativas à medida que a aprendizagem dos saberes escolares é socialmente valorizada. Essa conexão entre a aprendizagem e os saberes escolares constrói um valor em si, levando o aluno a um bom desempenho escolar, significando avanços nas práticas avaliativas.

De acordo com Souza (1991, p. 95), o aluno tende a se adaptar às normas definidas pela escola e acaba não tendo um compromisso com a aprendizagem, e sim com a possibilidade de garantir pontos que lhe assegurem o “sucesso escolar”. Essa é uma das grandes preocupações pertinentes no contexto da avaliação. O aluno concentra muito mais sua atenção nos resultados do que na construção de seu conhecimento. Essa concepção de pensamento conectada a uma razão instrumental, transforma o aluno em objeto do conhecimento, muitas vezes não sanando as dificuldades de aprendizagem encontradas, mas reproduzindo um modelo

burocrático, no qual a avaliação é um dos pressupostos desgastantes e sem valor. Pensar na avaliação é envolver-se, buscando uma relação profunda com seus saberes e suas dificuldades.

A avaliação chega a ser confundida com os momentos de atribuição de conceitos, e os alunos sentem-se compromissados não com a aquisição de determinados conhecimentos, mas antes, com a conquista de determinados conceitos. Chegam até a não ver sentido em ir à escola quando já atingiram o conceito necessário para a aprovação: ah eu já fechei mesmo o que vou fazer na escola? (SOUZA, 1991, p. 96).

Isso nos indica que os alunos estão mais interessados nos índices alcançados como um fim em si e não como um momento de reflexão quanto aos saberes ainda não dominados. O índice desvinculado do processo de ensino-aprendizagem leva o aluno a distanciar-se de seu rendimento. É visível nesse ponto que muitos alunos, após obterem os conceitos nas avaliações, não busquem mais a construção de novos conhecimentos, considerando o resultado como o fim da educação. Luckesi (2003) justifica que os estudantes estão sempre na expectativa de serem aprovados ou reprovados e, para isso, servem-se dos mais variados expedientes, participando em muitos casos da avaliação cujo objetivo desconhece.

Aproximar o aluno da avaliação, desconstruindo o modelo tradicional de avaliação, em que a nota é a que tem valor, é desafiador, justamente pelo caráter de intencionalidade que o mercado capitalista desenvolve. Tudo é constituído com o objetivo do lucro, da nota. É perceptível que o estudante absorve no contexto do conhecimento essa mesma conotação do capital, mas que precisa ser reconstruída envolvendo de forma coletiva a comunidade escolar. Quando o aluno descobre que é um sujeito da educação, obtendo seu espaço no contexto escola, ultrapassa as ideologias do capital, centrando-se no coletivo e participando como agente responsável pelo conhecimento e sua inserção na avaliação. A avaliação passa a ganhar sentido, pois o que está sendo avaliada não é um valor somente, mas um conhecimento que está internamente em cada racionalidade. Essa relação coletiva transforma o ambiente escolar na práxis reflexiva, em que os sujeitos envolvidos se interligam, com objetivos comuns, em aproveitar os índices ou resultados para retrabalhar as dificuldades que ainda persistem. Um aspecto que ganha destaque e permite uma reflexão sobre a relação entre aluno e avaliação é o

conselho de classe escolar, o qual auxilia no diálogo entre os participantes, como mecanismo de debate.

4 CONSELHO DE CLASSE, INSTÂNCIA DE RESSIGNIFICAÇÃO DAS AVALIAÇÕES

Instância de ressignificação escolar, o conselho de classe, órgão colegiado presente na organização da escola reúne, periodicamente, os professores das diversas disciplinas, além dos coordenadores pedagógicos, supervisores, orientadores educacionais, para refletirem e avaliarem o desempenho pedagógico dos alunos nas diversas turmas. É um espaço de extrema responsabilidade ao contexto escolar, pois são tomadas várias decisões, entre elas: avaliar o rendimento escolar dos alunos, seu comportamento ético em consonância com as normatizações de cada unidade escolar e a melhoria do plano político pedagógico.

A preocupação do conselho é dinamizar a gestão pedagógica escolar. Esse tipo de relação que ocorre nos conselhos de classe envolvendo diversos profissionais da escola, propicia o desenvolvimento de um processo educativo de reflexão e discussão coletiva sobre o fazer da escola como um todo. A participação de alunos e pais é opcional, mas os alunos, de forma indireta, estão sempre presentes nas reuniões por meio de seus resultados e desempenhos.

Pensar o conselho de classe não somente como órgão colegiado de análise instrumental e necessária, mas possibilidade e reflexão do que está faltando para avançar tanto na ação pedagógica do professor quanto na relação do aluno com as avaliações é ressignificar a ação coletiva em cada unidade escolar. Uma gestão democrática que possibilite a utilização do conselho de classe como mecanismo para retrabalhar os índices das avaliações escolares, torna-se a referência fundamental para que o aluno avance em seu ensino-aprendizagem e na qualidade da educação.

Essa prática exercida no conselho de classe deve desempenhar um papel no sentido de mobilizar a avaliação na perspectiva de desenvolver um maior conhecimento a respeito do aluno e envolvê-lo no processo de forma a ser sujeito da educação e da avaliação. Aproveitar esse espaço para reflexão é direcionar um projeto democrático de atuação pedagógica, no qual a avaliação tem importância

fundamental, não apenas para análise de resultados, mas para a retomada das dificuldades encontradas. Essa forma de organização de conselho de classe possibilita repensar mecanismos pedagógicos para avançar no ensino-aprendizagem, como conscientizar cada integrante que a ação coletiva é uma referência para o exercício da cidadania.

Observando a avaliação sendo tratada no conselho de classe, deve-se voltar a um amplo processo de reflexão da prática pedagógica, a fim de que os educadores desenvolvam um questionamento atento nas discussões e significados das avaliações. Esse olhar sobre avaliação no conselho de classe tem perspectiva de discutir também as concepções de ensino e avaliação escolar presentes nas práticas dos professores, como a relação do aluno sendo enquanto sujeito do processo.

Esse novo posicionamento diante dos processos avaliativos nas unidades escolares, construído nos conselhos de classe, ajuda o aluno a voltar seu olhar para a avaliação a fim de retrabalhar as dificuldades encontradas. Buscar esse espaço escolar para o conselho de classe demanda restabelecer relações coletivas na comunidade escolar, favorecendo o processo de formação e avaliação, construindo com bases sólidas a interação e o diálogo entre os sujeitos, fundamentos do processo de conhecimento escolar e da avaliação. Nesse sentido, o conselho de classe resgata o seu papel de ressignificar a avaliação como possibilidade de retomada das dificuldades dos alunos no ensino e aprendizagem. Essa nova lógica de um processo de gestão político-pedagógica escolar possibilita pensar a avaliação em um novo plano para cada aluno, e para a unidade escolar. Para que essa relação entre avaliação, aluno e conselho de classe alcance seu objetivo, que é retrabalhar as dificuldades do ensino-aprendizagem dos alunos e aproximá-lo o aluno da avaliação é necessária a participação coletiva. A participação é uma ferramenta fundamental para que alternativas viáveis sejam encontradas, pois quem avança nesse processo é a comunidade escolar.

4.1 CONSELHO DE CLASSE PARTICIPATIVO E AVALIAÇÃO EM LARGA ESCALA

A Gestão Democrática da Educação prevista na LDB 9.394/96 estabelece uma nova perspectiva de planejamento participativo, possibilitando a autonomia das escolas em definir as suas regras de forma democrática, inclusive a partici-

pação da comunidade nos espaços escolares. Abre-se pelo aspecto legal a participação da sociedade no conselho de classe escolar. Objetivou-se rever valores, normas, atitudes e estruturas de poder que foram se definindo dentro das relações escolares. O papel da escola agora é formar para a cidadania.

Nesse sentido, o conselho de classe participativo obteve significação e possibilitou a participação dos sujeitos de forma efetiva, criativa e autônoma na construção da história, da cultura e do contexto social escolar. O significado de participação, instituído em âmbito escolar, tem caráter do envolvimento de todos (gestores, orientadores, professores, pais e alunos) e busca conectar aluno e avaliação, além de melhorar os índices alcançados pelas unidades escolares. A participação de todos, além de fomentar a cidadania abre caminho para a reflexão. A coletividade inserida - seu interesse é o processo de ensino-aprendizagem dos alunos e seu envolvimento com a avaliação – é avanço para a escola.

Nesse contexto, a escola precisa construir a participação da comunidade em seus espaços pedagógicos, e compreender o sentido de participação e quais as suas contribuições para a melhoria da qualidade na educação e da própria escola. Quebrar com o sentido tradicional de conselho de classe, no qual simplesmente são tratadas questões de aprovação ou de reprovação de aluno é tarefa necessária para um ensino reflexivo e com objetivos claros de aprimorar o conhecimento. Desse modo, é visível que as escolas ofereçam resistências quanto à participação da comunidade escolar em seus espaços pedagógicos; a interferência e a participação geram um desconforto durante a tomada de decisão. Outro aspecto a ser considerado está na dificuldade que os pais enfrentam para participar, justamente pela necessidade de tempo, dedicado quase que na integridade para a sobrevivência. Mesmo assim, é nesse contexto que a escola deve proporcionar espaços de construção para a participação da comunidade em seus conselhos de classe, como também em seu dia a dia, conscientizando-se de que uma “[...] sociedade democrática para se desenvolver e fortalecer politicamente, a fim de solucionar os seus problemas, necessita contar com a ação consciente e conjunta de seus cidadãos.” (PARO, 2000, p. 15). O aluno que participa das decisões se torna sujeito, desenvolve um senso crítico, identificando que as avaliações podem ser utilizadas para o olhar do desconhecido, daquele conhecimento que precisa ser mais bem apreendido.

O aluno que se torna sujeito da educação e da avaliação participa nos conselhos de classe, sentindo-se responsável por seus atos, sugerindo alternativas para melhorar o ensino-aprendizagem. As avaliações ganham um novo sentido, pois o espaço de coletividade motiva o debate e a reflexão, e, o conhecimento que não foi apreendido o suficiente, ganha força para ser retrabalhado. Esse processo se intensifica na relação aluno e professor tanto em sala de aula quanto também na relação familiar, pois os pais participando do conselho de classe conhecem o andamento de seu filho no ensino-aprendizagem e poderão estimulá-lo em seu ambiente familiar no aprofundamento das questões necessárias. As tarefas propostas pelo professor ganham a observância e o incentivo dos pais. O aluno desenvolve uma relação mais profunda com seu estudo, com a avaliação e com seu próprio conhecimento.

O conselho de classe como instância coletiva da avaliação é um espaço para um excelente exercício participativo. Proporciona o diálogo e a interação entre os participantes e uma reflexão a respeito dos trabalhos pedagógicos, apontando alternativas viáveis para que o aluno possa envolver mais com o ensino-aprendizagem, inclusive com as avaliações em larga escala. O diálogo assume um papel de extrema importância, desenvolvendo um senso crítico, auxiliando na interpretação de políticas públicas, na conquista da autonomia e na análise do processo pedagógico sob o olhar da participação.

O aluno que participa das decisões cria um senso de responsabilidade moral, assumindo seus atos, reconhecendo-se sujeito da avaliação, disposto a refletir a respeito dos índices alcançados. Pressupõe um sujeito que age, ativo, que, na coletividade, empreende ações em benefício à cidadania.

A participação demanda ser retrabalhada a todo instante, pois ela deve ser conquistada. É um processo infundável, um constante vir-a-ser, auxiliando no crescimento de uma consciência crítica, tão necessária para o aluno em seu período de formação. Dessa forma, o conselho de classe participativo proporciona um diálogo reflexivo sobre as ações pedagógicas, levando os participantes a uma análise crítica da realidade em que o aluno se encontra inserido. É desse contexto que o aluno se torna um agente atuante, compreendendo que as dificuldades encontradas na avaliação proporcionam a intencionalidade de um maior envolvimento, avançando no processo de ensino-aprendizagem.

5 CONCLUSÃO

As avaliações estão presentes na realidade das escolas brasileiras. Deve ter prioritariamente a função de refletir quanto às ações e seus efeitos, indicando possíveis caminhos na tentativa de responder a problemas reais. O aprofundamento da discussão sobre avaliação poderá fornecer estratégias de reaproveitamentos como prática pedagógica, tão necessária para o ensino-aprendizagem. É bom lembrar que as avaliações não conseguem atender a todas as questões da educação, todavia servem de instrumento para identificar um diagnóstico relativo ao desempenho escolar do aluno e das políticas educacionais.

O aluno sentindo-se sujeito da avaliação consegue visualizar as dificuldades que encontra e as possíveis alternativas de reflexão. A busca do que foi bem apreendido coloca o aluno na perspectiva da pesquisa. Pesquisar é reconstruir bases seguras ao conhecimento, nas quais a avaliação se torna uma ferramenta para diagnosticar as dificuldades. Esse processo de reflexão crítica e a relação do aluno com a avaliação proporcionarão um desvelamento de suas potencialidades, aproximando o aluno dos vários aspectos educacionais, modificando o contexto da unidade escolar e de si.

Modelos tradicionais de avaliação estão presentes ainda na realidade escolar. Nesse sentido, inverter essa ordem estabelecida, constituída por uma racionalidade instrumental, é pensar em políticas públicas avaliativas que conduzam o sujeito humano à reflexão, ao olhar do desconhecido, dos conhecimentos e das práticas escolares. Quando o aluno se percebe sujeito da educação a avaliação se torna uma referência fundamental na construção do conhecimento. Quando o aluno participa, sente-se sujeito do processo de ensino-aprendizagem, quem ganha é ele o todo da escola e a relação pedagógica em sala de aula.

Nesse sentido, o aluno avança no processo de conhecimento, pois começa a emergir várias realidades que eram desconhecidas. Uma delas é o aproveitamento dos resultados das avaliações; como é prescindível que o aluno se envolva com a avaliação, identificará dificuldade que ao longo do processo não percebia, esse envolvimento o dará autonomia e interesse em interagir como sujeito, levando a pesquisar conhecimentos que eram difíceis de serem enfrentados. Propiciar ao aluno a reflexão sobre seu aproveitamento em relação à avaliação e às suas dificuldades são alternativas possíveis de repensar a prática pedagógica escolar.

As escolas precisam interagir nesse sentido; um dos espaços possíveis é o conselho de classe participativo. O trabalho coletivo auxilia nas relações cotidianas, rompendo com o individualismo e o isolamento, facilitando a comunicação e contribuindo para o fortalecimento do grupo, tornando-o integrante do conselho de classe responsável pelo bom funcionamento do trabalho pedagógico e das avaliações escolares.

O aluno torna-se sujeito da educação e das avaliações conjuntamente com as ações coletivas dos conselhos de classe participativos escolares, contrapondo à “[...] organização regida pelos princípios da divisão do trabalho, da fragmentação e do controle hierárquico.” (VEIGA, 2005, p. 31). Estão presentes nesse processo os primeiros passos para a conquista de referências democráticas, proporcionando qualidade nas relações entre a escola, avaliação e educação.

Nota explicativa

¹ O termo é apresentado por Foucault na *Hermenêutica do Sujeito*, enquanto subjetividade e verdade, cuidado de si e cuidado do outro, uma inversão de relação. Tal interpretação está relacionada para justificar que cada sujeito (aluno), deve proporcionar interação no contexto da avaliação, como também ser responsável por ela. (2006, p. 231-252).

Student/subject of assessment: participatory class council as an instance of reflection

Abstract

The work discusses public policy and management of education in the context of evaluations. It is in this context the practice avaliativa that policies are subject to interpretation and rebuilds, producing effects and consequences. The goal is to bring the student of the school, while subject assessments of education in the construction of new knowledge. The reflection of the subject involved while intentionality subjective will provide new perspectives for teaching and learning, valuing a critical and creative thinking. The evaluation is from the perspective of looking into the unknown, to the difficulties, powering subject to search and intellectual

qualification. The class participatory becomes a necessary tool in reflection of the indices achieved on assessments, providing alternatives to bring the Community School of the society.

Keywords: Public policies. Assessment. Student Council of class and management education.

REFERÊNCIAS

ALVES, Rubens. **A escola com que sempre sonhei sem imaginar que pudesse existir**. Campinas: Papirus, 2001.

BALL, S. J. Diretrizes políticas globais e relação políticas locais em educação. **Curriculo sem Fronteira**, v. 1, n. 2, p. 99–116, jul./dez. 2001.

_____. **Educação à venda**. Viseu: Editora Pretexto, 2005. (Coleção Discursos).

BARRETO, Elba Siqueira de Sá; PINTO, Regina Pahim (Org.). **Avaliação da educação básica (1990-1998)**. Brasília, DF: MEC/INEP/Comped, 2001.

BECKER, Fernando. Modelos pedagógicos e modelos epistemológicos. **Educação e Realidade**; Porto Alegre, v. 19, n. 1, p. 89-96, jan./jun. 1994.

BONAMINO, Alicia C. **Tempos de avaliação educacional**: o SAEB, seus agentes, referências e tendências. Rio de Janeiro, 2002.

DEMO, P. **Conhecer e aprender**: sabedoria dos limites e desafios. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

FABRIS, Elí Henn; LOPES, Maura Corcini. **Quando o “Estar Junto” Transforma-se em uma Estratégia Perversa de Exclusão**. 2003. Disponível em: <www.rizoma.ufsc.br>. Acesso em: 5 abr. 2010.

FOUCAULT, Michel. **A microfísica do poder**. Tradução Roberto Machado. 22. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2006.

FRANCO, Creso et al. Avaliação na escola e avaliação da educação: possibilidades e desafios. In: CANDAU, Vera Maria (Org.). **Reinventar a escola**. Petrópolis: Vozes, 2000.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: Saberes necessários á prática educativa**. 28 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

HADJI, Charles. Avaliação a Serviço dos Alunos: Utopia e Realidade? **Pátio**, ano 6, n. 22, jul./ago. 2002.

LARROSA, Jorge. **Notas sobre a experiência e o saber da experiência**. Tradução João Wanderley Geralde. Conferência proferida no I Seminário Internacional de Educação de Campinas, 2001.

_____. Tecnologias do Eu e Educação. In: SILVA, T. T. (Org.). **O sujeito da Educação: estudos foucaultianos**. Petrópolis: Vozes, 1999.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da Aprendizagem Escolar: estudos e proposições**. 15. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez, 1988.

KLEIN, R. Como está a educação no Brasil? O que fazer? In: *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, Rio de Janeiro. Fundação Cesgranrio, v. 14, n. 51, p. 139-171, abr./jun.2006.

_____. Testes de Rendimento Escolar. In: SOUZA, Alberto Mello e (Org.). **Dimensões da Avaliação Educacional**: Petrópolis: Vozes, 2005.

PARRO, Vitor Henrique. Educação para a democracia: o elemento que falta na discussão sobre a qualidade no ensino. **Revista Portuguesa de Educação**, v. 13, n. 1, p. 23-38, 2000.

PERRENOUD. **Dez novas competências para ensinar**. Porto Alegre: Art-med, 2000.

SOUZA, Sandra Maria Zákia Lian. A Prática Avaliativa na Escola de 1º grau. In: SOUZA, Clarilza Prado de (Org.). **Avaliação do Rendimento Escolar**. Campinas: Papyrus, 1991.

VEIGA, Ilma Passos. **Projeto político pedagógico da escola**: uma construção coletiva. 19. ed. Campinas: Papyrus, 2005.

VIANNA, Heraldo Marelim. **Avaliações Nacionais em Larga Escala**: análises e propostas. São Paulo: FCC, 2003.

Recebido em 4 de maio de 2010

Aceito em 16 de agosto de 2010

